

Desembargadores ameaçados

LUIZ PAJAU - 05/02/2002

Ameaças por carta ou por telefone foram feitas a três juizes e dois desembargadores do Espírito Santo

ALINE NUNES
RODRIGO COUTO



Alemer Moulin conversou ontem com juizes ameaçados de morte

Alvo das ameaças de morte no Espírito Santo virou-se agora contra membros do Poder Judiciário do Estado. Pelo menos dois desembargadores e três juizes receberam ameaçadoras mensagens por carta ou por telefone, que estão tirando a tranquilidade dos magistrados.

O desembargador Pedro Valls Feu Rosa revelou ontem que recebeu pelos Correios, na primeira quinzena de junho, uma carta, na qual uma pessoa relata detalhes de uma suposta ação criminosa tramada contra ele, o seu pai, o desembargador Antonio José Miguel Feu Rosa, e o seu tio, o deputado federal João Miguel Feu Rosa (PSDB).

Os juizes da 5ª Vara Criminal de Vitória – Alexandre Martins de Castro Filho, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Rubens José da Cruz – recorreram ontem ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Alemer Ferraz Moulin, para conseguir proteção para suas vidas.

Os três juizes saíram ontem do prédio do Tribunal de Justiça, na Praia do Suá, escoltados por policiais civis e Polícia Rodoviária Federal.

Circulou ontem a informação de que os três juizes teriam recebido carta de ameaça, na qual pistoleiros foram contratados para matá-los. O preço de cada execução custaria R\$ 50 mil.

“Não sei de onde tiraram essa informação. Nós recebemos amea-

ças por telefone e também por terceiros que passaram as informações. Mas não há nada sobre valor de execução”, afirmou ontem à noite, por telefone, o juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, revelando que ele e os outros dois colegas estão com proteção.

O Centro de Justiça Global, organização não-governamental de defesa dos direitos humanos, divulgou relatório com informações atualizadas contendo nomes de autoridades do Estado e pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos ameaçadas de morte.

Entre as pessoas citadas, figuram nomes de delegados, promotores, parlamentares e juizes.

O deputado João Miguel Feu Rosa confirmou também as informações sobre a carta de ameaça de morte contra a sua família. Elas foram enviadas para o seu gabinete, em Brasília, e também para o gabinete do desembargador Pedro Valls Feu Rosa, no Tribunal de Justiça.

A carta já foi enviada ao Ministério da Justiça e o deputado está pedindo proteção federal para sua família, bem como para o irmão e o sobrinho.

FHC anuncia plano de ação

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou ontem à Comissão de Direitos Humanos da Câmara uma nova alternativa – em vez da decretação da intervenção federal – para combater a corrupção e o crime organizado no Espírito Santo.

De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Orlando Fantazzini, recebido em audiência no Palácio do Planalto, (PT-SP), Fernando Henrique se dispõe a apoiar uma comissão especial que se encarregaria de adotar medidas emergenciais contra a criminalidade no Estado.

Participarão desse trabalho, além de órgãos do Ministério da Justiça, membros da comissão da Câmara e do Fórum Na-

cional dos Direitos Humanos.

A primeira reunião da comissão já foi marcada para hoje. Outras medidas seriam a de assegurar proteção às testemunhas ameaçadas pelo crime organizado, de prover a Polícia Federal dos recursos suficientes para atuar no Estado e de fortalecer a atuação de uma força-tarefa.

Ao contrário do que ocorre no Rio de Janeiro, será dispensada a ajuda das polícias civil e militar, que tem membros acusados de envolvimento com o crime organizado.

Orlando Fantazzini aceitou a proposta. “Não desistimos da idéia da intervenção, mas por enquanto vamos aceitar a alternativa do governo”, afirmou.

Fernando Henrique disse ao parlamentar que a decisão de

arquivar o pedido de intervenção, sugerido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) foi do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e não dele.

Participaram do encontro do presidente com Fantazzini, o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, da Casa Civil, Pedro Parente, e o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, além do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e do deputado Ricardo Barros (PPB-PR).

O secretário de Segurança Pública, Edson do Carmo Ribeiro, afirmou ontem que o Estado já vem cumprindo seu papel e combatendo a criminalidade, cujos índices foram reduzidos nos últimos anos.

TRECHOS DE CARTA COM AMEAÇAS

“Conheço vocês a muito tempo. Na semana passada eu estava no posto e ouvi a conversa e era de morte..”

“Eles ficaram muito tempo acertando a morte do delegado Baiense de um repórter lá do Rio e do Feu Rosa...”

“Eles sempre vem ao posto para acertar morte e já apareceu até deputado lá e eles

têm muito dinheiro...”

“Eu quero avisar vocês (família Feu Rosa) que eu devo muito a família de vocês e vocês tem que toma cuidado que tem gente grande e ate deputado cobrindo...”

“Eu não posso falar mais eu tenho que avisar vocês para tomaram cuidado que tem gente poderosa...”

Trechos de carta recebida pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa e também pelo seu tio, o deputado federal João Miguel Feu Rosa, que contém ameaças (foi respeitada a grafia original).

OS AMEAÇADOS DE MORTE

Promotores de Justiça

– Marcelo Zenkner

O promotor Marcelo Zenkner integrou o Grupo de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual e foi afastado da função. O nome dele aparece na lista de pessoas ameaçadas divulgada ontem pelo Centro de Justiça Global.

– Jean Claude Gomes de Oliveira

Desde dezembro de 1999 até março de 2002, o promotor de Justiça Jean Claude Gomes de Oliveira vinha recebendo diversas ameaças por causa de sua investigação em dois casos, como fábrica clandestina de armas no Estado.

Poder Judiciário

Os juizes da 5ª Vara Criminal de Vitória – Alexandre Martins de Castro Filho, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Rubens José da Cruz – receberam ameaças de morte ao começar a atuar contra a saída irregular de presos condenados de presídios. Eles agora andam com proteção de policiais civis e da Polícia Rodoviária Federal.

Delegados de polícia

– André Luiz Cunha Pereira e Danilo Bahiense Moreira

Em 8 de fevereiro deste ano, os delegados André Luiz Cunha Pereira e Danilo Bahiense Moreira encaminharam à chefia de Polícia Civil um relatório com informações sobre ameaças que vêm sofrendo. O documento também foi assinado pelo delegado Germano Henrique Pedrosa.

– Francisco Badenes

Está sendo ameaçado de morte desde que começou, em 1993, a denunciar integrantes da Scuderie Detetive Le Cocq de envolvimento no crime organizado. Teve que se mudar do Espírito Santo e hoje é protegido pelo programa federal de proteção à testemunha.

Parlamentares

– Deputado Estadual Cláudio Vereza (PT)

Na época da fundação do Fórum Reage Espírito Santo, em outubro de 1999, por ser um dos coordenadores e ter tido um papel importante na articulação do fórum, passou a ser ameaçado.

– Deputado federal João Miguel Feu Rosa e família

Recebeu uma carta ameaçadora em junho, na qual haveria um suposto esquema montado para matá-lo. A trama envolveria o seu irmão, o desembargador Antonio José Miguel Feu Rosa, o sobrinho também desembargador Pedro Valls Feu Rosa.

Sociedade Civil

– Agesandro da Costa Pereira

A partir de setembro de 1999, Agesandro da Costa Pereira, presidente da OAB/ES, começou a receber ameaças, as quais atribui a sua atuação junto ao Fórum Reage Espírito Santo

– Maria das Graças Nascimento Nacort

Seis meses após o assassinato de seu filho, dona Graça, incomformada com o andamento das investigações, passou a investigar o crime – ocorrido em 1999 –, por conta própria. Desde então vem sendo ameaçada. Ele preside a Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Estado do Espírito Santo (AMAFVV-ES).

– Iriny Lopes

As ameaças contra Iriny começaram em 1999, na semana de criação do Fórum Reage Espírito Santo. Tais ameaças foram levadas ao conhecimento do Ministério da Justiça e hoje ela é protegida pela Polícia Federal.

Fonte: Relatório do Centro de Justiça Global, organização não-governamental que integra o Conselho Nacional de Direito e Defesa da Pessoa Humana (CNDPPH).